

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

REFLEXÃO EM TORNO DA TRANSITIVIDADE ANÁLISE DE RELATOS DE OPINIÃO

Aline Moraes Oliveira (UFES/SABERES)

alinekinha@ig.com.br

Carmelita Minelio da Silva Amorim (UFF)

carmel_msa@yahoo.com.br

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

lhpr@terra.com.br

PARA INTRODUIZIR

A transitividade permeia os estudos sintáticos deixando ainda hoje grandes dúvidas no momento em que se precisa classificar um verbo quanto à predicação. Em gramáticas da Língua Portuguesa, há registradas classificações várias e análises tão divergentes que dificultam a compreensão do fenômeno da transitividade.

Neste artigo, observaremos a contribuição da gramática de valências para a descrição do fenômeno; e por fim, adotaremos a perspectiva funcionalista de análise, que concebe a transitividade não como uma propriedade intrínseca do verbo enquanto item lexical, mas como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, propostos por Hopper e Thompson (1980).

Partimos da hipótese de que a transitividade é uma questão de grau e que as possibilidades de codificação dos verbos transitivos são modificadas por fatores de ordem pragmático-discursiva. Para compreendermos a análise utilizaremos relatos de opinião que fazem parte do *corpus* do Discurso e Gramática (D&G).

TRANSITIVIDADE VERBAL: GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

Uma revisão da literatura que versa sobre a transitividade evidenciou as diferentes perspectivas classificatórias e conceituais que norteiam as abordagens tradicionais desse fenômeno.

Segundo Said Ali (1964, p. 94-95), os verbos dividem-se em transitivos e intransitivos, porém transitivos são apenas aqueles verbos que são acompanhados de objeto direto. O autor não

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

subdivide os verbos transitivos em indiretos, pois o objeto indireto é apenas um “termo secundário denotador do indivíduo a quem a ação se destina, ou a quem ela aproveita ou desaproveita”. Portanto, todos os verbos transitivos indiretos seriam, para Said Ali (1964), intransitivos.

Cunha e Cintra (2001, p. 136-137) dividem os verbos transitivos em diretos, indiretos e diretos e indiretos.

Luft (2002, p. 56) classifica um verbo transitivo como aquele que “necessita de complemento – objeto – que lhe *complete* o sentido”. Como intransitivo, “o verbo de *predicação completa*, o que não necessita *complemento*”. Percebemos que a separação de verbos em transitivos e intransitivos segue um fator semântico, a incompletude/completude do sentido do verbo. No entanto, para definir os verbos transitivos diretos e indiretos, Luft lança mão de um fator formal, ou seja, a presença, ou não, de uma preposição. No seu entendimento, o verbo transitivo direto “tem o sentido completado por um objeto *direto*, assim chamado por se ligar ao verbo sem preposição” (Luft, 2002, p. 56). Por sua vez, verbos transitivos indiretos são todos aqueles que se ligam ao verbo por meio de uma preposição.

Para Rocha Lima (2003, p. 340), “o complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissão ou incompleto”. O autor classifica os verbos como: intransitivos, transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos relativos, transitivos circunstanciais e bitransitivos.

Bechara (2004) apresenta uma tipologia semelhante à proposta por Rocha Lima (2003), porém une, sob a definição de *complemento relativo*, o que Rocha Lima (2003) divide em *complemento circunstancial* e *complemento relativo*.

Luft (2002, p. 56-59) apresenta a tradicional separação em: *objeto direto* e *objeto indireto*, mas subdivide o *objeto indireto* em três grupos: (a) O objeto indireto deve ser precedido da preposição *a*, é substituível pelo pronome *lhe* e o verbo admite apassivação; (b) O objeto indireto não é substituível pelo pronome *lhe* e o verbo que rege essa preposição não admite apassivação; (c) O objeto indireto é

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

um “locativo que não pode ser considerado *adjunto* (adverbial de lugar), e sim *complemento*”.

Kury (1993), ao tratar dos complementos verbais, define o complemento adverbial como o termo de valor circunstancial que completa a predicação de um verbo transitivo adverbial. Esse complemento é expresso por um advérbio, locução ou expressão adverbial. Nessa perspectiva, um verbo como *morar* é classificado tanto por Rocha Lima quanto por Kury como transitivos.

A divergência classificatória do fenômeno da transitividade pode ser vista no quadro a seguir:

Tabela 1 – Transitividade em Gramáticas e Dicionários

VERBO	GRAMÁTICAS e DICIONÁRIOS⁶	EXEMPLOS
Morar	VI (Cunha e Cintra; Cegalla e Saïd Ali) VTa (Kury) VTc Rocha Lima	Aline mora em Vila Velha.
	VTc (Aurélio)	“Conceição morava no Engenho Novo, mas nem a visitei nem a encontrei”. (Machado de Assis)
	VTi (Houaiss)	Alice mora na rua das Acácias.

Fonte: As autoras

Tendo em vista a multiplicidade de abordagens sobre os verbos em nossas gramáticas da língua portuguesa, surgiu, para este artigo, a necessidade de realizar um estudo que tivesse como ponto de partida a apreensão e a compreensão do fenômeno na abordagem tradicional, em seguida a verificação da abordagem valencial, para enfim entender a transitividade dentro da perspectiva funcionalista.

TRANSITIVIDADE VERBAL: GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS

A teoria de valências funda-se no pressuposto de que o verbo é o elemento central da oração. Meiner já postulava a centralidade do verbo na frase em 1781. Tesnière (1969) concretizou, de fato, esse princípio de centralidade que se justifica na medida em que é o verbo

⁶ Para evidenciar a incoerência taxinômica, registramos também a classificação de Aurélio (1986) e Houaiss (2001).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

que determina a estrutura base da oração, tanto no nível morfossintático, quanto semântico. É exatamente esse dinamismo que adquiriu a denominação de valência verbal. Dessa maneira, atribuir ao verbo a posição central da estrutura frasal implica dizer que há uma regência por parte do verbo que estabelece relações de dependência com os seus regentes. Essa rede de relações estabelecida pelo verbo com seus regentes é o que chamamos de *valência verbal*. Os regentes são, então, denominados os actantes do verbo.

Ignácio (2002, p. 110) destaca que Tesnière

propôs uma nova nomenclatura para os constituintes da oração, chamando ACTANTES os que, segundo ele, funcionam como **complementos** do verbo (Sujeito, Objeto Direto e Objeto Indireto), e de CIRCUNSTANTES aos Adjuntos Adverbiais. Ao agente da Passiva chamou Contra-Sujeito. Embora coloque o Sujeito no mesmo nível sintático do Objeto, reconhece a sua predominância semântica, por isso o denomina de actante de **primeiro grau**, seguido do Objeto Direto (Actante de **segundo grau**) e do Objeto Indireto (Actante de **terceiro grau**).

Para Borba (1996, p. 75), a valência

atinge especificamente o que se poderia chamar verbos plenos, isto é, verbos que semanticamente têm significação lexical e sintaticamente ocupam o núcleo do predicado do sintagma verbal. Entretanto, um estudo mais abrangente dos verbos deverá dar conta, ainda, dos funcionais, dos modais e dos substitutos que, de certa forma, escapam à consideração valencial, mas que têm um estatuto sintático típico, uma vez que a funcionalidade decorre de relações contraídas no interior do sintagma verbal e não é privilégio de verbos particulares, mas de qualquer verbo que preencha determinadas condições estruturais.

A valência é a propriedade que tem uma classe de elementos de poder ligar-se com classes específicas de outros elementos, sendo que esta mesma classe se distingue de outras de mesmo nível sintagmático. Isso amplia o sentido da expressão *gramática de valências* abrangendo também o regime dos nomes, dos adjetivos e de alguns advérbios.

Dependendo do número de casas vazias (ou argumentos = As) exigido pelo significado de um item lexical, podemos ter itens avalentes (VØ), como é o caso de cachorro, ou ter itens de valências um, dois...n, como é o caso de **filho** que tem valência um (V1). Nesses termos, uma GV só atinge as palavras lexicais – nomes, verbos, adje-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

tivos e alguns advérbios.

Para Borba (1996), a gramática de valências aplica-se também àquelas relações intrafrasais que, mesmo não fazendo parte da matriz valencial, elas são necessárias para que os fatos de valência sejam mais bem compreendidos.

TRANSITIVIDADE VERBAL: FUNCIONALISMO

O Funcionalismo Linguístico defende a posição de que a estrutura reflete e é motivada pela função: formas desempenham papéis no discurso, fato que, para os funcionalistas, está subjacente à organização gramatical da língua. No que se refere à transitividade, os estudos funcionalistas buscam identificar as múltiplas possibilidades de sua manifestação em contextos variados de uso da língua, verificando as motivações funcionais (semântico-pragmáticas, sociais, cognitivas) subjacentes a cada situação (Furtado da Cunha; Souza, 2008, p. 07).

A teoria funcionalista norte-americana vê o fenômeno da transitividade como “uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s) – a gramática da oração” (Furtado da Cunha; Souza, 2008, p. 29).

Hopper e Thompson (1980), no estudo da transitividade, apresentam um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração.

A partir desses parâmetros, o estudo da transitividade passou a ser observado em termos da gradiência que a oração pode assumir, indicando que trata-se de um fenômeno escalar, que se dá em um *continuum*. Os parâmetros são os seguintes:

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Tabela 2: Parâmetros de transitividade

Parâmetros	Transitividade alta	Transitividade baixa
participantes	dois ou mais participantes A e O	um participante
cinese	ação	não ação
aspecto do verbo	perfectivo	não perfectivo
punctualidade do verbo	punctual	não punctual
intencionalidade do sujeito	intencional	não intencional
polaridade da oração	afirmativa	negativa
modalidade da oração	modo <i>realis</i>	modo <i>irrealis</i>
agentividade do sujeito	agentivo	não agentivo
afetamento do objeto	afetado	não afetado
indivuação do sujeito	indivuido	não indivuido

Fonte: Hopper e Thompson (1980).

Para Hopper e Thompson (1980), cada componente da transitividade envolve uma faceta diferente da efetividade ou intensidade com que a ação é transferida de um participante a outro:

1. **Participantes:** refere-se à presença de participantes na cláusula (verbo e objeto).
2. **Cinese:** refere-se à possibilidade de transferência de ação do Agente para o Objeto. Assim algo acontece a Ana em *Eu abracei Ana*, mas não em *Eu gosto de Ana*.
3. **Aspecto do verbo:** relaciona-se à conclusão (verbo perfectivo = ação acabada) ou não de uma ação (verbo imperfectivo = ação inacabada). Em *Eu comi o pão*, a atividade é completa e a transferência é realizada em sua totalidade; mas em *Eu estou comendo o pão*, a transferência só é realizada parcialmente.
4. **Punctualidade do verbo:** refere-se à duração de uma ação, presente sobretudo na semântica do verbo (ação pontual = não durativa, não acabada; ação não pontual = durativa, acabada)
5. **Intencionalidade do sujeito:** refere-se à volição do sujeito.
6. **Polaridade da oração:** refere-se ao fato das orações serem afirmativas ou negativas.
7. **Modalidade da oração:** refere-se ao modo *realis* (modo indicativo) e modo *irrealis* (modo subjuntivo).
8. **Agentividade do sujeito:** refere-se à realização ou não da transferência de uma ação feita pelo sujeito ao objeto. Assim, em *Ana me assustou* há um evento perceptível com consequências perceptíveis; mas em *O quadro me assustou* não.
9. **Afetamento do objeto:** relaciona-se diretamente ao fato do objeto ser afetado

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

pela ação.

10. **Individuação do objeto:** uma ação pode ser transferida mais efetivamente para um objeto individuado (próprio, humano, animado, concreto, singular, contável e referencial) do que para um não individuado (comum, inanimado, abstrato, plural, massivo e não referencial).

Cada parâmetro contribui para a ordenação das cláusulas numa escala de transitividade; e as cláusulas podem ter uma transitividade mais baixa ou uma transitividade mais alta, de acordo com a classificação atribuída a cada parâmetro na análise da cláusula. Vale ressaltar que a proposta desses dez parâmetros foi feita a partir de análises em textos tipologicamente narrativos. Nesta dissertação, e- legemos o relato de opinião como *corpus*.

A base dos parâmetros que compõem esses princípios está relacionada ao evento causal prototípico, que é definido como um evento em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível de estado ou de localização em um objeto.

Nos relatos de opinião, não prevemos o mesmo comportamento, pois esses textos têm caráter opinativo, ou seja, tendem a ser mais semelhantes, em seu comportamento, aos textos argumentativos do que aos textos narrativos. O estudo da transitividade em textos de natureza argumentativa foi desenvolvido por Albani (2007).

Entendemos que uma das razões da análise da transitividade é a função pragmática de princípio funcionalista:

o grau de transitividade de uma cláusula reflete, em parte, a maneira como o falante ou escritor estrutura o discurso para atingir o propósito comunicativo e, além disso, a percepção das necessidades do interlocutor. Assim, para que haja uma comunicação satisfatória, cabe ao emissor orientar o receptor na maneira como organiza o discurso (Albani, 2007, p. 25).

O subprincípio da ordenação linear, presente no princípio da iconidade (Givón, 1995), destaca que a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar na cadeia sintática, ou que a ordem dos elementos na estrutura morfossintática tende a refletir a ordem dos elementos no mundo real. Supomos que, nos relatos de opinião, a informação mais relevante será apresentada em primeiro plano, ou seja, aparecerá numa posição topicalizada, exercendo a função de tema –parte de um enunciado identificado gramaticalmente ou por

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

elementos contextuais, sobre o restante do enunciado faz uma declaração (ou comentário, podendo ou não exercer a função de sujeito da frase).

O *CORPUS* EM ANÁLISE: O RELATO DE OPINIÃO SOB TRÊS PERSPECTIVAS

Nosso objetivo é descrever, sistemática e abrangente, a análise do *corpus* dentro das três perspectivas antes comentadas – a tradicional, a valencial e a funcionalista, com vistas a fazer um estudo comparativo para enfatizar ainda mais a perspectiva do funcionalismo norte-americano no que tange aos estudos da transitividade. Seleccionamos para apresentar aqui apenas um relato de opinião, em função do espaço de que dispomos.

Num primeiro momento, aparecerão os dados do informante, seguido do relato emitido por ele. Posteriormente, a análise, dentro de cada uma das visões acompanhadas de discussões acerca do seu comportamento.

Informante 1: André

Sexo: masculino

Idade: 24 anos

Data da coleta: oral – 06/08/94; escrita – 06/08/93, 07/08/93, 08/08/93 e 09/08/93

Relato de opinião

A situação econômica do qual o país passa é desesperadora⁷, pois você vê de tudo nele: mortes, fome, miséria, desemprego etc; e o ponto para resolver tudo isso é arrumar a economia do país, pagando as dívidas externas e acertando a política. Pois só um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc; fará com que o Brasil se torne uma grande nação respeitada por todo o mundo, e partindo desta política econômica, atingir de imediato à saúde, a educação e à moradia é o objetivo ideal de um país que preten ser vitorioso. (09/08/93).

Análise do ponto de vista tradicional

A **situação econômica** é o sujeito do verbo **ser**, classificado como verbo de ligação. O predicativo do sujeito é **desesperadora**. O

⁷ Os dados utilizados são transcritos exatamente como foram grafados pelos informantes.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

verbo **passar** funciona como núcleo de uma oração adjetiva restritiva. Trata-se aqui da relativização que consiste na anteposição de um operador anulando-se os constituintes idênticos para o encaixe da frase (cf. A): A) O país passa por situação econômica.; B) A situação econômica do país é desesperadora.; C) A situação econômica do qual o país passa⁸ é desesperadora. A relativização é um mecanismo que traz vários tipos de problemas. Citaremos apenas o que se relaciona com a natureza do verbo da oração relativizada: se for verbo construído com preposição, e no excerto o é, esta antecederá o operador.

A forma verbal **vê** tem como sujeito o pronome **você**, e está empregado no sentido de *notar*; *perceber*; quanto à predicação, é transitivo direto e tem como objeto direto preposicionado: **de tudo**, que é o elemento fundamental, sendo **mortes, fome, miséria, desemprego etc.** o aposto enumerativo.

O ponto para resolver tudo isso exerce a função de sujeito do verbo de ligação **ser**, que tem como predicativo **arrumar a economia do país**. Para alguns estudiosos, não existem orações predicativas. As assim classificadas seriam, realmente, orações **subjativas**, e o sujeito da oração principal seria um predicativo. De qualquer modo, a maioria das gramáticas escolares aceita a existência das orações predicativas. **Pagando as dívidas externas e acertando a política** são orações subordinadas adverbiais modais reduzidas de gerúndio.

Só classifica-se como adjunto adverbial de exclusão que equivale a *somente*, *apenas*. O verbo **fazer** tem como sujeito **um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc**; e pode ser classificado como transitivo direto e que tem como complemento (uma oração subordinada substantiva objetiva direta: **(com) que o Brasil se torne uma grande nação respeitada por todo o mundo**. Dentro desta oração **o Brasil** é o sujeito do verbo **tornar-se**, que pode ser classificado como transitivo direto predi-

⁸ O verbo **passar** no sentido de “experimentar” está consignado no dicionário de Luft (1996, p. 392) como transitivo direto ou indireto dependendo da presença ou não da preposição. E **viver** (experiência agradável, positiva, infeliz ou problemática) pode comporta-se ora como transitivo direto, ora como indireto, como atestam os exemplos arrolados por Houaiss (2001).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

cativo pronominal⁹; o objeto predicativo desse verbo é **uma grande nação respeitada por todo o mundo**. **Atingir de imediato à saúde, a educação e à moradia** funciona como sujeito oracional do verbo de ligação **ser**, que tem como predicativo **o objetivo ideal de um país**. **Um país** funciona como sujeito do verbo transitivo direto **pretender**, que tem como objeto **ser vitorioso**.

Análise do ponto de vista valencial

O verbo **passar**, empregado com o valor *de experimentar durante determinado período*, seleciona dois argumentos: o objetivo (passivo) – **o país**; a experiência negativa – **situação econômica desesperadora**. O verbo **ver**, com valência três, empregado com o sentido de *perceber, constatar*, tem como argumentos o pronome **você**, que, nesse caso, trata-se de uma pessoa não especificada; **de tudo**, que resume a ideia do que pode ser visto – mortes, fome, miséria, desemprego; e, **nele**, que faz referência a **país**. O verbo **fazer** está empregado no sentido de *poder transformar algo em*, e seus argumentos são **um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc** e **arrumar a economia do país, pagando as dívidas externas e acertando a política**, portanto é um verbo de valência dois. **Um país** e **ser vitorioso** são os argumentos selecionados pelo verbo **pretender**, empregado com o sentido de *ter vontade de; aspirar a, desejar, querer*; que também é bivalente.

Análise do ponto de vista funcional

1. A situação econômica é desesperadora
2. o país passa (por situação econômica desesperadora)
3. você vê de tudo nele: mortes, fome, miséria, desemprego etc
4. o ponto para resolver tudo isso é arrumar a economia do país
5. só um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc fará (o Brasil se torne uma grande nação respeitada por todo o mundo)
6. atingir de imediato à saúde, a educação e à moradia é o objetivo ideal de um país

⁹ Esta classificação é proposta por Luft (1996, p. 10-14).

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

7. que preten ser vitorioso

Tabela 3 – Aplicação dos parâmetros

Cláusula	Part.	Cinse	Asp.V	Punct.V	Int.Suj.	Polar.Or.	Mod.Or.	Ag.Suj.	Af.Obj.	Ind.Obj.	Total
1	-	-	-	+	-	+	+	-	-	-	3
2	-	+	-	-	-	+	+	-	-	-	3
3	+	+	-	-	-	+	+	-	-	-	4
4	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
5	+	+	-	-	+	+	+	+	+	-	7
6	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
7	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2
8	-	-	-	+	-	+	+	-	-	-	3

Fonte: As autoras

PARA (NÃO) CONCLUIR

Neste artigo, lançamos um olhar sobre o fenômeno da transitividade em três diferentes perspectivas. Vimos que, do ponto de vista tradicional, há uma divergência tanto no que tange ao aspecto conceitual na abordagem da transitividade quanto ao critério classificatório desse fenômeno.

A abordagem valencial, que também nos permite analisar os verbos¹⁰, a partir da exigência de preenchimento das casas vazias, tem a sua contribuição neste trabalho, visto que revela com bastante eficiência a natureza dos constituintes que fazem parte da matriz verbal. Além disso, como afirma Neves (2006, p. 39), é que todos os termos que preenchem a valência do verbo são complementos, cada um deles preenchendo um lugar vazio diferente, e, portanto, todos eles são diferentes entre si, estando entre eles o sujeito.

E, por fim, dentro da perspectiva Funcionalista norte-americana, a transitividade é concebida como “uma propriedade contínua, escalar (ou gradiente), da oração como um todo. É na oração que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s) – a gramática da oração” (Furtado da Cunha; Souza, 2007, p.

¹⁰ Estamos aqui pensando apenas na valência verbal. Sabemos que há nomes, adjetivos e alguns advérbios valenciais.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

29). Aplicamos os dez parâmetros de Hopper e Thompson (1980) no relato de opinião. Dessa forma, a transitividade é compreendida como uma propriedade central do uso da língua, entendendo que a classificação *transitivo* relaciona-se a toda oração e não somente ao verbo.

Na análise empreendida, há uma cláusula com uma transitividade mais elevada, mas mesmo assim o valor mais alto da escala de transitividade representa a cláusula que traz informação mais categórica, ou seja, parece-nos que, de fato, a verdadeira opinião do informante encontra-se centrada nessa cláusula. Também observamos a partir da ideia central lançada, outras ideias são agregadas a ela dando sequência ao que foi explicitado, para sustentar a sua argumentação.

REFERÊNCIAS

ALBANI, F. V. L. *Ordenação do advérbio sempre no português arcaico e no contemporâneo*. Dissertação de Mestrado em Linguística na UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1989.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. 2001. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, A. B. H., *Novo Dicionário (Aurélio) da Língua Portuguesa*, 2ª ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; MARTELOTA, M. E.; OLIVEIRA, M. R. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A, 2003.

_____; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in Grammar and Discourse. In: *Language*, Vol. 56, number 2, 1980.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IGNÁCIO. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2002.

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1964.

SOUZA, C. M. Transitividade: uma questão para o ensino?. In: AMORIM, Carmelita Minélio da S.; ROCHA, Lúcia Helena P. da (Orgs.). *(In)transitividade na perspectiva funcionalista da língua*. Vitória: Edufes, 2008, p. 162-176.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksiek, 1969.